

ATA N.º 19/2022:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2022:

No dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e oito minutos, na sede do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz – Freguesia de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

Através do edital nº 128/DAFRH-DAAG/2022 foi, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do Regimento da Câmara Municipal e de harmonia com a alínea m) do n.º 1, do art.º 35.º, conjugado com o n.º 4, do artigo 40.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada a reunião descentralizada desta Câmara Municipal a realizar no dia 21 de setembro, pelas 21.00 horas, na sede do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz, no âmbito da *semana da Freguesia de Palmela*.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Aceitação de doação - Ratificação

PONTO 2 – Celebração de Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo

PONTO 3 – 5.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026 - Ratificação

PONTO 4 – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026

PONTO 5 – Consolidação definitiva de regimes de mobilidade intercategorias e intercarreiras

PONTO 6 – Desafetação do domínio público e constituição de direito de superfície a favor da Fundação COI para construção de Estrutura Residencial Assistida no âmbito da Estratégia Local de Habitação

PONTO 7 – Início de procedimento do Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

- ATA n.º 3/2022, da reunião ordinária de 2 de fevereiro de 2022.

A ata foi aprovada, por unanimidade.

- ATA n.º 15/2022, da reunião ordinária de 6 de julho de 2022.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Fernanda Pésinho, Luís Miguel Calha e Raul Cristóvão, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. PRESIDENTE, POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

– Em matéria do urbanismo:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 05.09.2022 a 16.09.2022.

ATOS PRATICADOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – No âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 06.09.2022 a 20.09.2022.

ATOS PRATICADOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – No âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados

pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 07.09.2022 a 20.09.2022.

ATOS PRATICADOS PELA SRA. DIRETORA DO DEPARTAMENTO, POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos de obras públicas:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pela Sra. Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, em matéria de processos de obras públicas, no período compreendido entre 02.09.2022 a 19.09.2022.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO, POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco, no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 08.09.2022 a 20.09.2022.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 06.09.2022 a 20.09.2022, no valor de 1.965.566,51 € (um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros, e cinquenta e um centimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 6.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 20.09.2022, apresenta um saldo de 19.267.677,99 € (dezanove milhões, duzentos e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e sete euros e noventa e nove centimos), dos quais:

. **Saldo de operações orçamentais** – 16.710.708,59 € (dezasseis milhões, setecentos e dez mil, setecentos e oito euros e cinquenta e nove centimos);

. **Saldo de operações de tesouraria** – 2.556.969,40 € (dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos).

METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DE CÂMARA DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa por explicar que nas reuniões descentralizadas inverte-se a metodologia de funcionamento das mesmas, para possibilitar o Período da Intervenção do Público no seu início, depois segue-se o Período Antes da Ordem do Dia e, por último, a Ordem do Dia.

SEMANA DA FREGUESIA DE PALMELA

O **Sr. Presidente** começa por informar que se está no âmbito da semana dedicada à Freguesia de Palmela, um ciclo de trabalho, participação e proximidade desenvolvida há largos anos. Refere que se esteve em todas as freguesias e Palmela ficou para o período pós interrupção de férias. Refere que não deixa de ser um mês importante, porque a vindima e tudo aquilo que lhe está associado, tem a ver com a freguesia de Palmela. No âmbito do trabalho descentralizado são realizadas as sessões descentralizadas, procurando percorrer os vários lugares da freguesia. Não é a primeira vez que estão em Algeruz, assumindo que estão bem instalados numa sala que tem todas as condições para a realização da reunião de Câmara e também com alguma centralidade para acolher os munícipes de uma freguesia dispersa, longa e que tem também uma área de edificação muito grande que se estende desde Lau, Algeruz, Setúbal, Brejos do Assa e encosta à Quinta do Anjo e Pinhal Novo. Reforça que é, de facto, uma grande freguesia.

Cumprimenta o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e os membros do executivo que trabalharam muito proximamente durante a semana. Cumprimenta e agradece ao Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz, pelo acolhimento no espaço e de criar a oportunidade de estar em maior proximidade com a população e os seus residentes.

Continuando no uso da palavra, o **Sr. Presidente** refere que na Semana dedicada à freguesia de Palmela procurou-se fazer um ponto de situação de todos os assuntos, quer correntes, quer de investimentos, matérias mais estratégicas e estruturantes e que foram compromissos para com a freguesia. Observa que os serviços técnicos procuraram dar a informação a todos os eleitos do trabalho que está a ser desenvolvido e que diz respeito sobretudo à freguesia. Refere que na reunião com a junta abordou-se questões relacionadas com a limpeza, varredura urbana e jardins, sendo a avaliação feita e identificando algumas debilidades como os problemas com empresas e falta de pessoal. Alerta que se está em período de negociação com a junta, pois a partir de janeiro de 2023 as competências tais como a limpeza e espaços verdes serão transferidas para a freguesia de Palmela juntamente com a necessária verba e reforço de recursos humanos, equipamentos e maquinaria, assim como a passagem da posição contratual de empresas de manutenção. Na mesma reunião, refere que se falou nas calçadas antigas e irregulares no Centro Histórico, tendo a Junta de Freguesia apontado as situações e arruamentos mais críticos, havendo

oportunidade de confirmar que, quase a totalidade dos arruamentos identificados como prioritários integram o estudo que o Município, através do Gabinete do Centro Histórico e da Divisão de Obras, irá intervencionar. Estas intervenções serão objeto de elaboração de um projeto e eventualmente de uma candidatura (caso haja fundos, do Portugal 2030 para a reabilitação urbana), não só para alteração nas infraestruturas mas sobretudo para a melhoria dos pavimentos, de acordo com o que é usado no Centro Histórico.

Dá nota que se falou também na conservação de algumas fontes e lavadouros históricos em Palmela, equacionando-se a possibilidade da delegação de competência na junta de freguesia para a limpeza e manutenção destes espaços, mediante a atribuição de uma verba anual.

Refere a abordagem e ponto de situação do parque infantil na Praceta Firmino Camolas, pois foi desmontado há vários meses e que o projeto se encontra em alteração. No entanto, a obra, embora atrasada devido às alterações ao projeto, será feita pois encontra-se com a verba para o procedimento concursal inscrita em orçamento.

Menciona a requalificação dos espaços na Nova Palmela e a apresentação do projeto, referindo que a empreitada já se encontra em concurso. Acrescenta que se falou sobre a questão da acessibilidade devido à pressão (sobretudo pelo início das aulas) junto à porta da Escola Básica 2/3 Hermenegildo Capelo relacionada com o trânsito e as alterações a fazer.

Falou-se sobre alguns aspetos da fonte de Aires, na melhoria no Jardim de Aires e alterações de sentido de trânsito em alguns arruamentos (matéria que tem de ser estudada tecnicamente pelos serviços).

Outras melhorias em diversas zonas, sobretudo no que está previsto, nomeadamente no asfaltamento na rua Américo Alegria, no Lau (que está em votação no “Eu Participo”), mas também outras referências de necessidade, e como priorizar algumas intervenções: o asfaltamento da Rua António Simões ou a Rua dos Marinheiros em Brejos do Assa (que é um compromisso de mandato).

Faz o ponto de situação do conjunto de empreitadas em Vale de Touros e Lagoinha, umas já lançadas e outras a lançar, na sequência dos projetos de drenagem de esgotos domésticos a fazer antes das pavimentações.

Fala, igualmente, de questões mais correntes, como as preocupações existentes com os transportes e na abertura do ano letivo e os incumprimentos da Alsa Todi e Carris Metropolitana, bem como nas afinações a fazer.

Dá nota que os assuntos apresentados pela Junta de Freguesia foram muito pertinentes e correspondem à generalidade das preocupações dos munícipes e com o que tem chegado à autarquia, sendo que a autarquia está em sintonia com aquilo que é necessário fazer para melhorar a resposta e ir ao encontro com as expectativas dos munícipes.

Menciona que estiveram também na Venda do Alcaide, em visita a uma obra que foi selecionada no âmbito do “Eu Participo”, que diz respeito à alteração de um pavimento, num arruamento

estreito e complexo, com questões de acessibilidade e de estacionamento. Informa que a autarquia tem um projeto "ousado" para o local, existindo verba em orçamento para lançar empreitada ainda este ano, mas que se considerou importante ir ao local, mostrar o projeto aos residentes, pois existem alterações de conceito para que o projeto fosse devidamente compreendido e aceite antes de ser lançada a empreitada. Informa, que, acabaram, no entanto, por acrescentar mais intervenções, ou seja, não será só a pavimentação mas também remodelação de algumas infraestruturas. Conclui que a obra está garantida.

Informa também, que durante o presente dia, com toda vereação, comunicação social, técnicos e junta de freguesia, fizeram um conjunto de visitas a obras estruturantes no centro de Palmela, como a qualificação do Centro Histórico, reabilitação e turismo. Visitaram a obra nos Paços do Concelho e recuperação do Salão Nobre, o Centro de Reservas Arqueológicas (antigo edifício da GNR), a obra de eficiência energética no Cine-Teatro São João, que é um equipamento de interesse público certificado pela DGArtes (Direção-Geral das Artes), em que se conseguiu fazer uma melhoria das condições energéticas sem alterar as questões estéticas e patrimoniais do edifício. Visitou-se a obra da Capela de São João Batista, no Largo de São João, que está em processo de reabilitação. Passou-se no Cemitério de Palmela e nas obras importantes da sua Capela e no investimento recente feito em 160 ossários. Estiveram no Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA) para conhecer o novo espaço de valência gatil. Visitaram o arruamento, Rua José Luís da Silva Camolas (uma reivindicação antiga de Palmela). Estiveram junto à antiga Escola Antiga de Aires, para apresentação, do projeto e da elaboração da drenagem de esgotos domésticos, desde as Asseadas e Baixa de Palmela à Quinta da Glória, sendo que o mesmo já está encomendado.

Apresentou-se também o projeto de uma ligação, tipo ciclovía mista, desde Padre Nabeto até Setúbal, referindo-se a este como um "projeto chumbado" (já por 3 vezes) pois estão com dificuldades junto das Infraestruturas de Portugal para que o projeto seja aprovado de acordo com aquilo que a autarquia considera que é o conceito e que não deve "abrir mão". Estiveram, depois, em Aires para verem as obras de um arruamento estruturante, que liga a Avenida Lino dos Reis à Rua de Aljubarrota. Estruturante, porque no futuro irá permitir a ligação à Urbanização da TDE, cria uma rotunda na Avenida dos Caminhos de Ferro (a rua que desce até à Estação de Palmela) e entra depois nas Casas da Quinta até ao Colégio St. Peter's School. Considera que é uma obra de grande benefício em termos de circulação e trânsito, sendo uma alternativa à EN 252, não tanto para quem circula mas para quem reside entre Aires e Padre Nabeto.

Dá nota que estiveram também em Venda do Alcaide para visita da obra do Jardim Ferreira da Costa. Seguiu-se a visita a duas empresas. A Regidoce, uma empresa que se fixou em Palmela em 2018, na área da pastelaria tradicional e que vê o volume do seu negócio a aumentar desde então. Congratula-se por ver que os parques industriais estão novamente a ficar preenchidos e com dinâmica, alertando, no entanto, das queixas das empresas que chegam sobre o aumento dos custos energéticos e que estão a colocar em causa muita coisa, tais como fornecimentos, preços, etc.. Visitaram a Gow Trading, uma empresa com diversas valências: projetos, construção

civil de armazéns, transportes internacionais e de têxtil (Refrigue). Estiveram na *Moments in Nature*, empreendimento ligado ao agroturismo ou turismo rural, que gera serviços de hotelaria e alojamento local em bangalôs, criando uma atração turística na paisagem em espaços naturais e agrícolas.

Termina a informar que se falou de muitas outras coisas, mas que estes foram os principais assuntos e aspetos abordados e tratados.

Conclui que durante a próxima semana seguir-se-ão novas reuniões e atendimentos, com munícipes e empresas sobre assuntos de natureza diversa, cujos cidadãos do município quererão ver tratados e resolvidos, cabendo ao município dar as respostas no âmbito das suas competências e o que não o for, será trabalhado com quem de direito, procurando assim dar essas respostas.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** refere que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo. Concede a palavra a quem queira intervir.

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Moção** (Pela reabertura da Unidade de Saúde de Brejos do Assa).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Moção** (Pela urgente normalização do serviço de transporte público rodoviário).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Voto de pesar** (José Gago).

Aprovado, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (22.ª Edição do Concurso Internacional de Vinhos Muscats du Monde – Adegas do Concelho de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Revista Norte-americana “Robert Parker – Wine Advocate” – Sociedade Vinícola de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta a moção que se transcreve:

. **Moção** (Pela reabertura da Unidade de Saúde de Brejos do Assa).

“O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é, sem dúvida, uma das maiores conquistas da Democracia Portuguesa e os valores que lhe estão subjacentes devem ser uma referência para vários países do mundo, supostamente desenvolvido, onde o tratamento médico só está disponível para quem pode pagar.

Não obstante, são sobejamente conhecidos os problemas que comprometem, neste momento, o SNS e a prestação de cuidados de saúde qualificados, com acesso universal. Já este ano, o Município de Palmela aprovou, de forma unânime, e divulgou uma Moção pelo reforço urgente de profissionais nas Unidades de Saúde do Concelho de Palmela. Problemas estruturais nas carreiras e condições de trabalho, que continuam a levar à saída de profissionais dos hospitais públicos e a dificultar a sua substituição (numa realidade tão diferente da reiterada valorização das/os profissionais do SNS, ao longo dos dois anos de pandemia), o subfinanciamento crónico do sistema e dificuldades na organização dos serviços de saúde compõem o perigoso leque de problemas, que há muito conhecemos e que afetam as vidas de milhares de pessoas.

Mas se há muitas localidades, em todo o país, que desesperam pela construção de um equipamento que garanta o acesso a cuidados de saúde de proximidade, a população de Brejos do Assa/Algeruz debate-se com o problema inverso. As instalações onde funcionava a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), construídas pelo povo, no pós-25 de Abril, encontram-se encerradas há mais de um ano, na sequência da aquisição do complexo de edifícios por um particular. O novo proprietário está disponível para arrendar o edifício, pelo que o funcionamento deste importante serviço está, apenas, dependente da celebração de um contrato de arrendamento pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT)/Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) da Arrábida e respetiva integração no mapa do Auto de Transferência de Competências da área da Saúde para o Município, cuja revisão aguardamos, aliás, desde maio.

De acordo com dados oficiais do ACES, a UCSP de Brejos do Assa servia uma população de 947 utentes, todas/os sem médico de família, já à época com enormes debilidades. Desde o encerramento da Unidade, as/os utentes foram encaminhados para a UCSP de Águas de Moura, a mais de 15 quilómetros de distância.

Assim, a Câmara Municipal de Palmela, reunida a 21 de setembro de 2022, delibera:

- Exigir à ARSL-LVT e ao ACES Arrábida a celebração urgente de um contrato de arrendamento com o novo proprietário do edifício, que viabilize a reabertura da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Brejos do Assa, e a integração no mapa do Auto de Transferência de competências;

- Dar conhecimento da presente moção a:

- . Sua Excelência, o Presidente da República;
- . Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República;
- . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
- . Sua Excelência, o Ministro da Saúde;
- . Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- . Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
- . Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida;
- . Assembleia Municipal de Palmela;
- . Assembleia e Junta de Freguesia de Palmela;
- . Associação de Municípios da Região de Setúbal;
- . Fórum Intermunicipal da Saúde;
- . Comissões de Utentes do Concelho de Palmela;
- . Comunicação social.”

Sobre a moção (Pela reabertura da Unidade de Saúde de Brejos do Assa) intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** depois de cumprimentar os presentes, intervém no sentido de que concordam com a moção embora assumam que há aspetos que deveriam ser discutidos na base do que se vai conhecendo. Acha que a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Brejos do Assa, para além do edifício, necessita de técnicos, médicos, enfermeiros, assistentes administrativos e operacionais e que por isso dever-se-ia acrescentar no último parágrafo a exigência para que se procedesse ao recrutamento. Sabem que é difícil e que muitos centros deixaram de funcionar ou funcionam mal por falta de pessoal médico e enfermagem e por isso é importante complementar a exigência com o recrutamento de pessoal (médico, enfermagem e assistentes administrativos), sob pena de voltar a ter o aluguer do edifício e continuar a não haver condições.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** depois de cumprimentar os presentes e relativamente à moção sobre a Unidade de Saúde de Brejos do Assa, concorda no geral com a proposta e subscreve a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Raul Cristóvão, ou seja, deve-se acrescentar à questão

do equipamento/edifício, que é fundamental, mas se o mesmo estiver vazio, pouco valerá. Sugere, por isso mesmo, que na parte deliberativa se junte à questão do contrato do edifício/arrendamento, a questão do pessoal administrativo e pessoal técnico (médicos e enfermeiros), necessários para garantir os cuidados de saúde que a população abrangida pela Unidade de Saúde de Brejos do Assa merece.

O **Sr. Presidente** face à intervenção, refere que a bancada da CDU concorda com o aditamento, mas justifica que o pressuposto da não inclusão no início deve-se ao facto da autarquia saber quais os profissionais que estão afetos a esse equipamento. Neste momento estão deslocalizados noutros equipamentos, a reforçar Águas de Moura, para onde os munícipes são encaminhados para consultas. Adianta que quando este equipamento voltar a funcionar, o pessoal administrativo de apoio, auxiliar operacional de limpeza e médico (que não vinha todos os dias) regressam. Dá nota, quanto ao reforço em Águas de Moura e Marateca, da possibilidade de ser deslocado um clínico com o respetivo auxiliar e enfermagem para Brejos do Assa.

Reforça que estão de acordo, mas que o pressuposto foi de não o colocarem na moção, porque essa questão foi garantida pelo Sr. Diretor do ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde), sendo que o Sr. Diretor do ACES informou que não pode abrir a Extensão (i.é Unidade de Saúde de Brejos do Assa) porque deixaram de ter acesso à chave quando o edifício foi para leilão. Mais informa que o município tem estado a negociar o processo da descentralização, o atual proprietário do edifício já entrou em contato com o ACES Arrábida e com o Dr. Luís Pisco (da Direção Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) para a concretização de um contrato de arrendamento (simbólico) de forma a reabrir a extensão. Quanto ao valor do arrendamento, o ACES não o pode celebrar porque não está dentro das suas competências e a ARS (Administração Regional de Saúde) diz que tem que ir a despacho do Sr. ministro. Informa igualmente que, em maio, estiveram em reunião (Sr. Presidente e Sra Vereadora Maria João Camolas) com o Dr. Luís Pisco, na ARSLVT, e viram que no auto de transferência dos edifícios que vão passar a ser geridos, conservados e pagos pela autarquia, entre outros, o edifício de Brejos do Assa não estava no mapa (nem o da Venda do Alcaide) e que é obrigatório lá estar. Refere ainda que para que esteja no mapa é necessário um contrato de arrendamento com o proprietário e esse não existe. Foi prometido que até julho seria enviado novo auto de transferência com os mapas atualizados, edifícios e funcionários e até agora não o receberam. Acrescenta que houve recentemente, no âmbito da Associação Nacional de Municípios, o anúncio de um acordo entre alguns municípios e o Governo de forma a melhorar as verbas e os rácios para a conservação no auto. Houve um encontro nacional de autarcas do passado dia 17, em que o Sr. Vice-presidente representou o município de Palmela, onde estas questões foram anunciadas e que se continua à espera do auto.

Acrescenta, igualmente, que querem este tipo de descentralização mas tem de estar corrigido, lembrando que foi discutido e votado por unanimidade essa posição, ou seja, era aceite a competência de ficar com as extensões de Saúde se tudo estivesse correto.

Reforça que a Unidade de Saúde de Brejos do Assa não abre porque não podem ocupar o edifício, que estão de acordo em juntar à parte deliberativa o pessoal adstrito no mapa afeto ao funcionamento da extensão (um assistente operacional, um assistente técnico, um médico e um enfermeiro).

Depois da discussão havida, resulta a seguinte moção (que vai ser sujeita a deliberação) e onde se acrescentou o parágrafo seguinte:

"- Dotar a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Brejos do Assa do pessoal (médico, enfermagem, assistente técnico e assistente operacional) necessário ao seu pleno funcionamento."

Transcrição da moção (Pela reabertura da Unidade de Saúde de Brejos do Assa):

"O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é, sem dúvida, uma das maiores conquistas da Democracia Portuguesa e os valores que lhe estão subjacentes devem ser uma referência para vários países do mundo, supostamente desenvolvido, onde o tratamento médico só está disponível para quem pode pagar.

Não obstante, são sobejamente conhecidos os problemas que comprometem, neste momento, o SNS e a prestação de cuidados de saúde qualificados, com acesso universal. Já este ano, o Município de Palmela aprovou, de forma unânime, e divulgou uma Moção pelo reforço urgente de profissionais nas Unidades de Saúde do Concelho de Palmela. Problemas estruturais nas carreiras e condições de trabalho, que continuam a levar à saída de profissionais dos hospitais públicos e a dificultar a sua substituição (numa realidade tão diferente da reiterada valorização das/os profissionais do SNS, ao longo dos dois anos de pandemia), o subfinanciamento crónico do sistema e dificuldades na organização dos serviços de saúde compõem o perigoso leque de problemas, que há muito conhecemos e que afetam as vidas de milhares de pessoas.

Mas se há muitas localidades, em todo o país, que desesperam pela construção de um equipamento que garanta o acesso a cuidados de saúde de proximidade, a população de Brejos do Assa/Algeruz debate-se com o problema inverso. As instalações onde funcionava a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), construídas pelo povo, no pós-25 de Abril, encontram-se encerradas há mais de um ano, na sequência da aquisição do complexo de edifícios por um particular. O novo proprietário está disponível para arrendar o edifício, pelo que o funcionamento deste importante serviço está, apenas, dependente da celebração de um contrato de arrendamento pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT)/Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) da Arrábida e respetiva integração no mapa do Auto de Transferência de Competências da área da Saúde para o Município, cuja revisão aguardamos, aliás, desde maio.

De acordo com dados oficiais do ACES, a UCSP de Brejos do Assa servia uma população de 947 utentes, todas/os sem médico de família, já à época com enormes debilidades. Desde o

encerramento da Unidade, as/os utentes foram encaminhados para a UCSP de Águas de Moura, a mais de 15 quilómetros de distância.

Assim, a Câmara Municipal de Palmela, reunida a 21 de setembro de 2022, **delibera:**

- Exigir à ARSL-LVT e ao ACES Arrábida a celebração urgente de um contrato de arrendamento com o novo proprietário do edifício, que viabilize a reabertura da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Brejos do Assa, e a integração no mapa do Auto de Transferência de competências;
- Dotar a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Brejos do Assa do pessoal (médico, enfermagem, assistente técnico e assistente operacional) necessário ao seu pleno funcionamento;
- Dar conhecimento da presente moção a:
 - . Sua Excelência, o Presidente da República;
 - . Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República;
 - . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
 - . Sua Excelência, o Ministro da Saúde;
 - . Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
 - . Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
 - . Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida;
 - . Assembleia Municipal de Palmela;
 - . Assembleia e Junta de Freguesia de Palmela;
 - . Associação de Municípios da Região de Setúbal;
 - . Fórum Intermunicipal da Saúde;
 - . Comissões de Utentes do Concelho de Palmela;
 - . Comunicação social.”

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** apresenta a moção que se transcreve:

- . **Moção** (Pela urgente normalização do serviço de transporte público rodoviário).

“A concessão de transporte público rodoviário à empresa Alsa Todi, que venceu o concurso internacional desenvolvido pela Área Metropolitana de Lisboa (AML) para o denominado lote 4 -

composto pelos municípios de Palmela, Setúbal, Moita, Montijo e Alcochete - representou o culminar de um longo processo de reivindicação, construção coletiva e concretização destes municípios da região de Setúbal que, congregando esforços com outros municípios da AML, se propuseram realizar uma transformação hercúlea no que à oferta e serviço de transporte público dizia respeito.

A criação da empresa TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, que gere a marca Carris Metropolitana, foi uma decisão audaz dos municípios da AML, que delegaram nesta estrutura as suas competências de entidade gestora de transportes, para criação de efeito de escala e especialização, essenciais para mudar o paradigma do transporte público na região mais populosa do país. O momento foi crucial - por um lado, a resposta urgente às alterações climáticas exigia respostas integradas e sustentáveis, entre as quais, o incremento da utilização de transporte público, com maior intermodalidade, recurso a energias renováveis e qualidade; por outro, a luta de décadas por um passe social e o elevado investimento dos municípios permitiu a criação da solução tarifária "Navegante", com enormes vantagens para as famílias e um considerável aumento do número de utilizadoras/es, representando o maior avanço na democratização dos transportes públicos na região.

A entrada em operação da Alsa Todi, a 1 de junho de 2022, foi encarada com enorme expectativa, antevendo-se, naturalmente, algumas dificuldades no arranque do serviço, nomeadamente na implementação das novas linhas. Não era, no entanto, expectável o número de incidentes diários, mesmo em linhas já existentes, três meses depois e com acompanhamento técnico e político permanente. As dificuldades apontadas pela empresa remetem para graves dificuldades na contratação de pessoal e elevados níveis de absentismo, problemas que estarão a ser colmatados por via da contratação de motoristas em Cabo Verde. Note-se que o segundo lote referente à península de Setúbal, concessionado a outra empresa e iniciado a 1 de julho, vive situações idênticas, enquanto os municípios a norte do Tejo adiaram a entrada em operação para janeiro de 2023.

O início do novo ano letivo é um período particularmente sensível para crianças, jovens e suas famílias, e foi, por isso, alvo de um tratamento especial, com o Município de Palmela a preparar e sistematizar informação para a empresa, com vista ao cumprimento de todas as ligações e horários escolares. Na última reunião preparatória, realizada no dia 12 de setembro, a operadora garantiu ao Município o pleno funcionamento de todas as linhas e horários escolares, afirmando estarem reunidas as condições para um início do ano letivo sem percalços. Não obstante, registaram-se múltiplos incidentes, com graves prejuízos para as famílias e para a atividade letiva, pelo que, desde o início das aulas, a Autarquia tem vindo a convocar, diariamente, a TML e a Alsa Todi para reuniões onde são reportadas as falhas de que há conhecimento e se exige resolução imediata.

As enormes expectativas que tínhamos para este serviço estão a ser goradas e, mesmo admitindo o adiamento da implementação das novas linhas - que correspondem a necessidades antigas das nossas populações e representam o tão ambicionado aumento da oferta de transporte no nosso Concelho - as linhas habituais e de maior utilização e os transportes escolares continuam a registar incidentes diários, que o Município considera inadmissíveis.

Neste momento, em nome da população, o Município mantém a sua postura de cooperação técnica, procurando, a cada momento, coadjuvar a empresa e ajudar a ultrapassar dificuldades, mas não está disponível para continuar a financiar o sistema e reclama à TML a aplicação de penalidades pelo incumprimento flagrante para com este território e as suas populações.

Ressalva, no entanto, que as falhas destes primeiros meses não retiram valor ao processo iniciado e às premissas que lhe estão subjacentes. A renovação da frota já é uma realidade, com veículos mais sustentáveis, confortáveis e acessíveis, e o sistema que está desenhado vai ao encontro das necessidades recenseadas e deverá ser suportado por uma plataforma tecnológica integradora do sistema de bilhética e de informação ao público.

Reunida a 21 de setembro de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **exige** à empresa Alsa Todi e à TML a urgente normalização do serviço de transporte público rodoviário e o cumprimento integral do contratualizado, no âmbito do concurso internacional. **Mais se propõe** dar conhecimento da presente moção a:

- . Sua Excelência, o Presidente da República;
- . Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República;
- . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
- . Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação;
- . Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- . Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- . Associação Nacional de Freguesias;
- . Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- . Área Metropolitana de Lisboa;
- . Câmaras e Assembleias Municipais dos Municípios do lote 4;
- . Associação de Municípios da Região de Setúbal;
- . Assembleia Municipal de Palmela;
- . Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Pamela;
- . Conselho Local de Mobilidade;
- . Infraestruturas de Portugal, S.A;

- . Transportes Metropolitanos de Lisboa;
- . Conselho Local de Mobilidade;
- . Alsa Todi;
- . Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul;
- . Comunicação social;
- . Agrupamentos Escolares do Concelho de Palmela e Escolas Secundárias;
- . Associações de Pais dos estabelecimentos de ensino do Concelho de Palmela.”

Sobre a moção (Pela urgente normalização do serviço de transporte público rodoviário) intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** começa por pedir desculpa por não ter saudado na primeira intervenção o Presidente da Junta e os membros da freguesia, mas que tal, foi um lapso.

Quanto à moção apresentada refere que concorda que a implementação deste serviço foi um avanço enorme na exigência de muitos anos de tornar o transporte público, num transporte acessível e com qualidade. Concorde que a qualidade existe, porque há circulação de autocarros. Há acessibilidade em relação ao preço do passe, pois com 40 € circula-se em toda a Área Metropolitana. Refere-se às questões dos preços de bilhetes intermédios, pois é diferente pagar 4,5 € de bilhete de Lisboa-Palmela e o mesmo de Pinhal Novo-Palmela, achando por isso injusto e incorreto. Reforça que o Passe Navegante é uma medida muito interessante e acessível.

Acrescenta que existem outras questões que são complexas, para além dos problemas de incumprimentos dos horários (que é uma constante), mesmo fora do contexto do transporte escolar sendo que é mais nítido nos transportes escolares, sublinhando que é professor numa escola no concelho e que já presenciou situações como alunos a chegarem de táxi à escola. Considera que as autarquias estão a fazer um esforço financeiro grande para que este serviço funcione. Deste modo, faz menção a várias paragens/sinaléticas existentes e que não se justificam, outras que estão em lugares de pouco acesso e outras ainda que estão a cobrir sinais do Código da Estrada que podem originar multas aos condutores. Alerta que são pequenos pormenores que estão por todo o concelho. E considera que estes erros técnicos não são admissíveis a uma empresa de dimensão internacional como a Empresa Alsa Todi.

Conclui que algo não está a funcionar bem, desde os horários, as sinaléticas, na colocação das paragens (excesso numas e falta em outras) e até o *lettering* usado que não se vê e não se percebe bem, tal como os horários que não são de fácil leitura.

Termina a referir que vão votar a favor, mas que há mais problemas que devem ser resolvidos pela empresa, para não pôr em causa uma excelente medida, uma medida justa, de justiça social e ambiental.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** considera que esta questão é recorrente e que se tem falado em quase todas as reuniões desde que se iniciou este serviço. Observa que a única coisa que correu bem foi a formação do Conselho de Administração. Considera ainda, que não tem ouvido falar a própria TML, a assumir, enquanto dona e responsável de fiscalizar a concessão. Já se ouviu falar os autarcas, os municípios, as comissões de utentes e os próprios utentes que no dia-a-dia sofrem com os atrasos, e mais agora com o agravar do início das aulas. Menciona igualmente algumas situações da qual tem conhecimento, tal como um autocarro ter ido para Lisboa com passageiros de pé e como não pode passar a ponte 25 de Abril desse modo, teve que deixar esses passageiros no Pragal à espera de um outro autocarro. Assim, urge resolver estes problemas e concorda com o Sr. Presidente na questão de que não se pode rescindir o contrato porque o efeito útil é nenhum. Considerando que foram dos primeiros lotes a começar e que levam mais de quatro meses de trabalho, já deveriam estar melhor e por isso deve-se exigir mais responsabilidades e aplicar multas contratuais para que estes problemas não voltem a repetir-se. Questiona sobre os trabalhadores que são contratados e vêm para o país para trabalhar na empresa e depois vão se embora para outros países da Europa, considerando assim que alguma coisa não está a ser tida em atenção pela empresa e pela forma como está a fazer a contratação dos motoristas. Termina que irá votar favoravelmente alertando que os transportes são fundamentais para que os jovens tenham acesso e cheguem à escola a horas. Termina a alertar que para termos uma mobilidade sustentável e se este é o exemplo que temos, estamos a afastar as pessoas dos transportes públicos.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** face aos aspetos levantados pelo Sr. Vereador Raul Cristóvão, observa que os mesmos estão contemplados na moção no sentido de que se pede o cumprimento integral do contratualizado, ou seja, tudo o que está contratualizado: número de linhas que têm de ser feitas; os horários; os postaletes; os abrigos, reforçando que está tudo englobado na moção apresentada e estão salvaguardados na proposta de deliberação.

Quanto à questão da fiscalização pela parte da TML colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, a Sra Vereadora concorda e reivindica que a TML deve assumir esse papel de gestor e aplicador de penalidades. Quanto à fiscalização refere que o operador não tem o seu sistema compatibilizado, o que não lhe permite ter a monitorização e informação em tempo real das falhas que ocorrem. Realça que neste momento estão “nas mãos” do operador quanto à informação que é prestada e o contributo, muito importante e ativo, dos municípios e encarregados de educação que reportam às juntas e ao município todas as questões que não estão a ser cumpridas, com rigor e precisão.

Dá nota, por exemplo, que a União das Freguesias de Poceirão e Marateca reporta, diariamente, informações muito precisas e específicas nas falhas dos horários por parte do operador, o que permite um trabalho muito profícuo, diário, do ponto de situação com a operadora sendo que já foi possível corrigir, certas situações referentes a várias freguesias (como a carreira no Bairro

Alentejano ou na carreira 4521 em que o percurso estava a ser feito mas os alunos estavam na paragem errada).

Observa que também tem conhecimento de algumas situações que estão menos bem, e dá o exemplo de uma paragem que está por trás de uma vedação. Elucida que a Alsa Todi justificou que como não tinha condições de executar esses serviços, os mesmos foram adjudicados a uma empresa externa. No entanto, reforça que cabe à Alsa Todi monitorizar e fiscalizar esses trabalhos contratualizados, sendo que a autarquia também tem feito esse trabalho de campo e tem estado a contribuir com a identificação de situações que merecem correção.

O **Sr. Presidente** volta a intervir no sentido que a autarquia deve continuar a pressionar e corrigir diariamente estas questões. Informa que a Sra. Vereadora estará presente num Conselho Metropolitano exclusivamente sobre esta matéria e levará esta e outras questões mais pormenorizadas que afetam todos os utilizadores deste serviço. Realça que esta questão não tem só impacto no sistema educativo, mas também na vida das famílias, porque têm que faltar ao emprego para levar os filhos à escola.

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta o voto de pesar que se transcreve:

. Voto de pesar (José Gago).

“José Rosa Miranda Gago faleceu no dia 13 de setembro, com 77 anos de idade, vítima de doença prolongada, e deixou mais triste e empobrecida a cultura local e nacional.

Natural de Vila Nogueira de Azeitão, residia em Quinta do Anjo, terra que amou e honrou com as suas palavras e canções. Na sua carreira profissional, passou pela vitivinícola José Maria da Fonseca e pelas *Seleções do Reader's Digest*, mas a escrita foi a sua paixão maior.

Poeta, fadista e dramaturgo, foi autor de múltiplos textos para revistas populares, marchas e cegadas de várias coletividades da região. Colocou a sua voz ao serviço do Fado, mas também a sua pena, compondo poemas para fadistas consagrados ou em início de carreira. É de sua autoria a letra do hino do Quintajense Futebol Clube.

Muitos dos seus poemas e textos estão disponíveis no blogue “José Gago – Poesia” e foram compilados em publicações como o seu livro “Histórias e Memórias de um Poeta Popular” ou a obra de poesia “Palavras na nossa terra”, editada pela Câmara Municipal de Palmela em 2018, na sequência do projeto municipal de promoção da poesia com o mesmo nome.

Humilde, afável, amigo, dono de um sentido de humor refinado e crítico mordaz, José Gago é reconhecido entre os seus pares pelo enorme talento, mas, também, pelo espírito solidário. Era, atualmente, Presidente do Conselho Fiscal da Associação dos Idosos de Palmela, na qual

assegurou, igualmente, a conceção de textos para participação em iniciativas comunitárias do Concelho de Palmela, como a celebração das Janeiras, a Queima do Judas ou as Marchas Populares.

Reunida a 21 de setembro de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **lamenta** o falecimento de José Gago e **endereça sentidas condolências à sua família, bem como às diversas entidades com as quais colaborou.**

Submetido o voto de pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta as seguintes saudações:

. **Saudação** (22.ª Edição do Concurso Internacional de Vinhos Muscats du Monde – Adegas do Concelho de Palmela).

"A 22.ª Edição do Concurso Internacional de Vinhos Muscats du Monde que decorreu nos dias 6 e 7 setembro de 2022 na cidade de Entre-Vignes, Região Occitanie, em França, reuniu 19 países a concurso, tornando-se no evento mais conceituado e prestigiado a nível mundial, com a particularidade de laurear os melhores vinhos produzidos com a casta Muscats.

Especialistas internacionais, com rigorosos métodos de avaliação e padrões de qualidade intransigentes, avaliaram cerca de 168 amostras, distinguindo os vinhos Muscats, com 56 Medalhas.

Os Moscatéis de Setúbal continuam a liderar os vinhos portugueses mais galardoados na referida competição, tendo as adegas do nosso concelho conquistado 7 medalhas de ouro.

No top 10 do ranking dos melhores Moscatéis do Mundo 2022, destaca-se em primeiro lugar o Moscatel Roxo de Setúbal - Reserva da Família 2018 da Venâncio da Costa Lima.

Igualmente no top 10 foram galardoados os seguintes Moscatéis:

- Moscatel de Setúbal – Camolas Reserva 2018 da Adega Camolas;
- Moscatel de Setúbal – 10 Anos da Adega de Palmela;
- Moscatel de Setúbal – Rúbrica 10 Anos da Venâncio da Costa Lima.

Foram ainda distinguidos os seguintes moscatéis;

- Moscatel de Setúbal – Superior 2009 da Casa Ermelinda Freitas;
- Moscatel de Setúbal – 2018 da Venâncio da Costa Lima;
- Moscatel Roxo de Setúbal – Camolas Reserva 2017 da Adega Camolas.

Reunida a 21 de setembro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Venâncio da Costa Lima, a Adega Camolas, a Adega de Palmela e a Casa Ermelinda Freitas, pelo grandioso trabalho que têm

vindo a desenvolver em prol do reconhecimento da qualidade dos vinhos portugueses, da promoção dos mesmos e das regiões vitivinícolas onde são produzidos, enaltecendo o nome de Palmela e deste território vinhateiro, a nível internacional.”

Sobre a saudação (22.ª Edição do Concurso Internacional de Vinhos Muscats du Monde – Adegas do Concelho de Palmela) intervém:

. **Saudação** (Revista Norte-americana “Robert Parker – Wine Advocate” – Sociedade Vinícola de Palmela).

“A Sociedade Vinícola de Palmela viu quatro dos seus néctares serem pontuados na Revista Norte-americana “Robert Parker – Wine Advocate”, pelo crítico Mark Squires, a saber:

- Botelheira Branco 2009 – 93 pts
- Moscatel Superior 1996 – 93 pts
- Botelheira Moscatel 1996 – 90 pts
- Grande Reserva 2019 – 90 pts

De destacar que o vinho Botelheira Branco, colheita de 2009, sagrou-se como o melhor em prova na categoria de brancos da Península de Setúbal.

Reunida a 21 de setembro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Sociedade Vinícola de Palmela, por mais este reconhecimento de qualidade da sua marca, o qual vem destacar o excelente trabalho da recente reestruturação da empresa fundada em 1964, contribuindo para a dignificação dos bons vinhos desta Região além-fronteiras.”

Submetida a votação a saudação (22.ª Edição do Concurso Internacional de Vinhos Muscats du Monde – Adegas do Concelho de Palmela), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (Revista Norte-americana “Robert Parker – Wine Advocate” – Sociedade Vinícola de Palmela), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. **COVID-19 e gripe: vacinação descentralizada** – O **Sr. Presidente** recorda que o município continua a apoiar o Sistema de Saúde, no processo de vacinação dos mais idosos. Refere que a 12 de setembro iniciou-se a vacinação nos lares/equipamentos/estruturas residências para idosos (públicas ou IPSS), com o apoio na logística e transporte. Procurou-se continuar a descentralizar a vacinação, para que não precisem de ir todos ao Centro de Vacinação existente no Pinhal Novo. Informa que já houve vacinação descentralizada no Parque Mário

Bento, em Poceirão, com o apoio da Unidade Móvel de Saúde, que se irá realizar também em Águas de Moura, no Espaço Multiusos e a dia 29 de setembro no Lau (na sede da Associação de Moradores).

Esclarece que os munícipes serão contactados, também com o apoio das Junta de Freguesias (fazendo convocatórias e telefonemas) e de acordo com os critérios que estão definidos pelo Ministério da Saúde (faixa dos 79/80 anos), tratando-se simultaneamente da vacinação da Covid-19 e da Gripe.

. Feira Medieval de Palmela 2022 – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha de uma forma muito resumida dá nota que a partir do dia 23 até 25 de setembro regressa a Feira Medieval de Palmela subordinada ao tema “Mesteirais e outras gentes na Palmela do Séc. XII”. Informa que a cerimónia de abertura está marcada para dia 23 às 19h00 com um programa de grande qualidade. Sublinha as ações de formação para a comunidade, para os voluntários e outros participantes na iniciativa com a colaboração da Faculdade de Letras de Lisboa.

Termina a convidar todos os munícipes e visitantes que se deslocam até Palmela a experienciar uma iniciativa única e com grande relevo no nosso concelho.

. Dia Mundial do Turismo – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha dá nota das comemorações do Dia Mundial do Turismo, referindo que se vai assinalar esta data com um conjunto de iniciativas de programação de cariz cultural e turístico, com o lançamento de uma aplicação para telemóvel, um conjunto de visitas guiadas a espaços culturais e adegas do concelho e ofertas aos visitantes no posto de turismo, restauração e hotelaria do concelho. Para antecipar novos desafios e tendências no setor, o município vai organizar o “Fórum Turismo de Palmela”, subordinada ao tema “Retoma Turística: Estratégia, inovação e Futuro”, onde serão apresentadas as mais recentes estratégias de desenvolvimento e cooperação turística.

. FinisTerra: filme sobre o território de Palmela – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha informa que o filme de Palmela “Balmalla” (Balmalla - uma fortificação com mais de 1.000 anos de história) foi distinguido com o primeiro lugar no Festival FinisTerra Arrábida Film Art & Tourism Festival, na categoria Best Movies in the Region of Arrábida. Termina a felicitar toda a equipa do município que deu o contributo muito importante para a organização deste evento que prestigia o território.

. Dia Mundial do Animal – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que no dia 4 de outubro, o Município de Palmela irá assinalar o dia Mundial do Animal, data escolhida em 1931,

durante uma convenção de ecologistas em Florença, dado ser dia de São Francisco de Assis, o Santo protetor dos animais e padroeiro da ecologia.

A ação da autarquia, na perspetiva de promoção dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Animal, terá como tema "Abra a Porta aos Patudos do CROA".

Dá nota que se pretende assinalar este dia com a deslocação às escolas da equipa do Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA), acompanhada de alguns animais de estimação e com uma ação que leva à reflexão junto das camadas mais jovens para a importância da preservação dos animais, além de divulgar os seus direitos.

Junto das escolas do concelho, a equipa do CROA, de forma lúdica irá transmitir alguns conceitos, apresentar projetos desenvolvidos no âmbito das suas atividades, nomeadamente o Projeto "Animais da Comunidade" e divulgar a missão do CROA, com imagens de animais que se encontram disponíveis para adoção, bem como os procedimentos inerentes.

Conclui que esta celebração, que visa chamar a atenção para a condição e bem-estar animal, irá ressaltar a importância da preservação dos animais e divulgar os seus direitos, bem como sensibilizar os intervenientes para a ação cidadã na defesa da importância da vida de todas as espécies.

. Reabilitação de um troço do muro na Rua Hermenegildo Capelo, em Palmela – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho continuando no uso da palavra informa que foi lançado concurso para reabilitação de um troço de um muro na Rua Hermenegildo Capelo, no Centro Histórico de Palmela. O preço base acrescido de IVA é 47 464,04€. A obra visa a recuperação e o reforço estrutural do muro existente, numa área de cerca de 100m2.

Refere que a intervenção vai contribuir para a segurança do arruamento mas também para beneficiar a imagem do espaço público.

Mais informa que este é um segundo procedimento em virtude de o primeiro ter ficado deserto.

. Abertura do ano letivo 2022/2023 – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que o ano letivo 2022/2023 iniciou, no passado dia 16 de setembro, num contexto em que já não se está confrontado com as restrições de pandemia dos dois últimos anos letivos, mas com uma nova realidade: as novas competências em matéria da Educação efetivamente assumidas pelo Município desde o passado dia 1 de abril de 2022.

Dá nota que se iniciou o ano letivo, convictos de que, apesar do alargado conjunto de competências transferidas para o Município, a autarquia continuará a assumir todas as responsabilidades dentro da esfera de competências, assim como se dará todo o apoio e continuará a adotar as medidas

necessárias para que o ano letivo decorra, o mais possível, de forma tranquila e segura para a comunidade educativa.

Relativamente ao planeamento e organização, informa que se realizaram reuniões preparatórias com os 3 agrupamentos de escolas e 2 escolas secundárias, de modo a definir procedimentos e articular um funcionamento uniforme e coerente para as diferentes matérias da Educação, que se mantêm como competência direta do Município, nomeadamente fornecimento de refeições escolares, leite e transportes escolares, circuitos especiais de transporte e algumas matérias referentes à gestão de pessoal não docente.

Acrescenta que para fazer face às despesas com transferências das competências, o Município transferiu a verba de 333.121,00€ no ano letivo passado (abril e julho) e transferirá neste início do ano letivo (outubro) o valor de 126.560,50€.

Quanto às matérias referentes à gestão do pessoal não docente, cujas competências de gestão, nomeadamente no que se refere ao controle de assiduidade, justificação de faltas, aprovação de pedidos de férias, autorização de trabalho suplementar, distribuição de serviço e indicação de horário, passaram a ser competência dos/as Diretores/as dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias e que, por isso, levaram à necessária articulação com Diretores/as e redefinição de procedimentos com Secretarias das escolas e com os/as próprios/as trabalhadores/as.

O reforço do pessoal operacional para cumprimento do rácio, bem como o esforço para assegurar substituições em caso de reformas e ausências prolongadas (mobilidades, demissões, etc...), tem sido uma preocupação constante e que a autarquia tem vindo a acompanhar, assumido assim que tem-se conseguido assegurar a substituição destes/as trabalhadores/as, num total de 10 substituições desde o passado dia 1 de abril de 2022.

Entre as matérias delegadas nos/as Diretores/as dos Agrupamentos de Escolas, a Escola a Tempo Inteiro exigiu articulação e proximidade constante com Direções e Associações de Pais, assim e desde o início do ano letivo que esta competência tem sido assegurada pelos Agrupamentos de Escolas, tendo em conta as Diretivas emanadas pelo Município.

Para dar resposta às novas competências, esclarece que houve necessidade de alargar e reforçar a Plataforma Informática SIGA, mantendo o preenchimento e submissão dos formulários de modo *online* para as candidaturas a apoios sociais e educativos, alargando da educação pré-escolar ao ensino secundário.

De forma a capacitar todos, a autarquia sensibilizou e formou as Direções e Secretarias dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias para que pudessem desenvolver as suas tarefas de acompanhamento e validação das candidaturas; informaram e sensibilizaram para as alterações efetuadas, o pessoal docente e não docente, através do envio de informação escrita e sessões *online*; informaram igualmente, pais e encarregados de educação dos procedimentos na solicitação destes serviços.

No que se refere ao fornecimento de refeições escolares, alargou-se a prestação do serviço aos alunos do 2º, 3º ciclo e secundário, com o necessário alargamento do acompanhamento da qualidade e controlo deste serviço.

Em termos de procedimentos, redefiniram-se circuitos internos e a sua articulação com escolas e empresa prestadora do serviço, bem como se reformulou o modo de pagamento, carregamento e marcação pelos/as encarregados/as de educação.

Informa também que no Programa de Alimentação Escolar prevê-se o fornecimento de 2.855 refeições diárias (para crianças do pré-escolar até ao ensino secundário) sendo a despesa global para o município cerca de 2 115 000,00 € (dois milhões e cento e quinze mil euros).

Iniciou-se, também, o fornecimento de Leite Escolar, assegurando o Município a gestão e acompanhamento deste serviço para todas as escolas do concelho, num total de 1.900 alunos e com uma despesa global prevista de cerca de 70.000€ (setenta mil euros), para o presente ano letivo.

Adianta que mantém-se a distribuição de fruta à totalidade dos 3.200 alunos do 1º ciclo e às crianças da educação pré-escolar, ao abrigo do Regime da Fruta Escolar e que se prevê uma despesa global de cerca de 33.000,00 € (trinta e três mil euros), comparticipada pelo IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas) em cerca de 70%, para os alunos do 1º ciclo, assumindo a CMP os custos na íntegra para as crianças da educação pré-escolar.

A Câmara Municipal mantém, também, o Programa de Reforço Alimentar para a totalidade das crianças do pré-escolar e alunos do 1º ciclo, num universo total de 3.200 crianças/alunos, e que esta medida tem um custo de cerca de 63 000,00 euros (sessenta e três mil euros).

Dá nota que quer o Programa da Fruta Escolar, quer o do Reforço Alimentar iniciaram-se no passado dia 19 de setembro.

Quanto aos Transportes Escolares, a Sra. Vereadora menciona que se mantém a discriminação positiva da distância casa/escola igual ou superior a 2 km, enquanto a legislação em vigor define uma distância maior.

Refere que a população escolar matriculada em escolas do concelho, com idade compreendida entre os 3 e os 18 anos, estimada, seja de 8.678 alunos e que, no próximo ano letivo, sejam abrangidos pelos transportes escolares 1.629 alunos, sendo que destes, 1.321 irão utilizar transportes públicos, estima-se, ainda, que 308 alunos sejam transportados em circuitos municipais.

Para o ano letivo de 2022/2023, o custo total da rede de transportes escolares totalize 768.176,84€ (setecentos e sessenta e oito mil, cento e setenta e seis euros e oitenta e quatro centimos).

Acrescenta que, no concelho de Palmela, desde o passado dia 1 de junho, o serviço público de transporte rodoviário é assegurado pela operadora TML e que muitos alunos do concelho utilizam este serviço.

Quanto à Ação Social Escolar destaca que aos alunos dos agregados familiares integrados no primeiro e segundo escalão do abono de família, será aplicado um escalão único, indexado ao valor do escalão A, através de discriminação positiva beneficiando, ainda, os seguintes apoios: pré-escolar – refeição gratuita, para cerca de 420 crianças; 1.º Ciclo do ensino básico – refeição gratuita e apoio financeiro para material escolar e visitas de estudo, no valor proposto ao CME (Conselho Municipal de Educação) de 40,00 € (quarenta euros) /aluno, para cerca de 1350 alunos; oferta dos cadernos de atividades para todos os cerca de 2.500 alunos do 1º ciclo do ensino básico, numa despesa que rondará os 94.000 € (noventa e quatro mil euros).

Para o presente ano letivo, manter-se-á a atribuição de Bolsas de Estudo para apoio ao prosseguimento de estudos, alargado, fruto da revisão do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo, para 45 alunos/as que ingressem ou frequentem estabelecimentos de Ensino Secundário Público, Cursos de Especialização Tecnológica - CET- (formação pós-secundária não superior) e Ensino Superior.

Acrescenta que as candidaturas decorrerão entre 1 de outubro e 15 de novembro, e serão pagas no início do ano de 2023.

Em termos de intervenções no Parque Escolar, refere que se encontram concluídas: a criação de zonas de ensombramento no logradouro da EB Bairro Alentejano e a substituição do Sistema UTA (Unidade de Tratamento de Ar) na EB Salgueira Maia. Em execução ou fase de elaboração de projeto: a requalificação do logradouro do 1º ciclo da EB Joaquim José de Carvalho; o reforço da cobertura da EB nº 1 de Brejos do Assa; a contratação dos EJR para JI nº 1 de Olhos de Água, JI Vale da Vila e EB Salgueiro Maia; a reparação do sistema de AVAC na EB Alberto Valente e por fim a intervenção no sistema de aquecimento de águas |Substituição da rede de incêndio no JI Lagoa do Calvo;

Dá nota que das intervenções já realizadas ou em desenvolvimento, o investimento totaliza cerca de 224 000,00 (duzentos e vinte e quatro mil euros).

Destaca, ainda, a adjudicação da obra para construção do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, num valor total de obra de 2 575 797,14€ (dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, setecentos e noventa e sete euros, e catorze cêntimos).

Sublinha igualmente a intervenção das Juntas de Freguesia do concelho em praticamente todas as escolas, com a realização de vários trabalhos de conservação e limpeza.

Refere, também, que o Município tem vindo a substituir o mobiliário escolar para a educação pré-escolar e 1º ciclo, que apresenta desgaste e que não se encontra nas melhores condições de utilização.

Assim, no ano letivo, que findou, procedeu-se à aquisição de mobiliário escolar, no valor total de €33.637,67 (trinta e três mil, seiscentos e trinta e sete euros e sessenta e sete cêntimos), no sentido de apetrechar os seguintes estabelecimentos escolares, dos Agrupamentos de Escolas de Palmela e José Maria dos Santos:

- EB Joaquim José de Carvalho – substituição de mesas e cadeiras para as quatro salas de aula do 1º ciclo, secretarias de professor e cadeiras para as crianças das duas salas de pré-escolar;
- EB nº2 Palmela – substituição de mesas de informática, armários de várias tipologias para as quatro salas do 1º ciclo e mesas e cadeiras para o refeitório;
- EB João Eduardo Xavier – substituição de mesas de informática e armários de várias tipologias para as quatro salas do 1º ciclo;
- EB António Santos Jorge – substituição de mesas de informática para as cinco salas do 1º ciclo.

Ainda no âmbito da Receção à Comunidade Educativa, dá nota que estão programadas diversas atividades que valorizam a componente informal e não formal da Educação, numa relação de parceria, a partir das oportunidades do território. Destaca o Momento de Convívio, a edição 2022 do Caderno de Recursos Educativos e o Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos, com candidaturas até 15 de outubro.

. **“Cabaz solidário saudável”** – A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** dá nota que irá arrancar a 3.ª distribuição do ano da iniciativa “Cabaz Solidário Saudável”. Esta constitui-se como uma medida de apoio fundamental às famílias e vem reforçar e diversificar também o cabaz distribuído pelo Banco Alimentar. Será nos dias 27 e 29 de setembro e feita em cada uma das freguesias em estreita colaboração com os parceiros sociais. Informa que serão adquiridos 200 cabazes, a atribuir por 176 famílias, correspondendo a um universo de 491 pessoas, num valor total de 5.756,40€ (cinco mil, setecentos e cinquenta e seis euros e quarenta cêntimos)

. **Jornadas Europeias do Património** – A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** informa que decorrerá nos dias 23 e 25 de setembro as Jornadas Europeias do Património, este ano subordinadas ao Património Sustentável. A sustentabilidade, do ponto de vista das alterações climáticas, mas também de um futuro sustentável e resiliente que convida e inspira à participação de todas as pessoas.

Nesta perspetiva, e porque em Palmela, nos últimos anos, esta iniciativa tem coincidido com a data em que se realiza a Feira Medieval, propõe-se, no sábado uma visita inclusiva, em parceria com a Associação Bengala Mágica, aos acampamentos que estarão no Revelim Norte do Castelo,

dedicados às profissões medievais (tema da feira este ano). Esta visita permitirá às pessoas cegas e de baixa visão, apreender o cenário, os aromas, os sons, as texturas dos objetos.

Para além desta atividade, é proposto, como parte da programação a visita “No meu tempo”, orientada por Manuel Cabrita dos Santos, antigo ferroviário, no Museu - A Estação, às 10h.

Dá nota, também, que se realizará, no dia 30 de setembro uma sessão de apresentação do Programa Museológico de Palmela, na Biblioteca Municipal de Palmela, pelas 20:30.

No dia 1 de outubro, prolongando as celebrações, irá realizar-se uma visita ao Museu - A Estação pelas 15h.

Observa ainda que estas duas visitas irão destacar a importante relação entre o transporte ferroviário e a sustentabilidade.

Conclui que as Jornadas Europeias do Património congregam, todos os anos, mais de 70 000 iniciativas, numa celebração coletiva, e comprometida do património cultural e Palmela tem um património ímpar, que merece ser celebrado.

. Festival Manobras – A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que a Câmara Municipal de Palmela é parceira da Artemrede desde a sua criação. O ano 2022 é ano de Festival Manobras, festival de marionetas e formas animadas, que decorre de dois em dois anos, durante os meses de setembro e outubro.

Informa que através de uma candidatura da Artemrede à DGArtes, foi possível reforçar o *plafond* inicial da programação dos municípios, o que permitiu um acréscimo no valor de programação dos territórios, o que para Palmela se traduziu num reforço orçamental de 18.000€.

Deste modo, o Festival Manobras vai receber, em Palmela, uma residência artística e cinco espetáculos, dois dos quais internacionais.

Destaca o acolhimento da residência artística inerente ao espetáculo “Bom Anfitrião”, de Filipa Francisco, em co-criação com quatro artistas dos municípios de Palmela, Montemor-o-Novo, Sesimbra e Santarém.

Em Palmela, menciona que o artista residente é Iza da Costa, da Associação InpiraAtitude, com um projeto que pretende explorar o tema das alterações climáticas e o papel que podemos desempenhar por meio das artes de forma a abordar este assunto tão importante.

Termina que a programação completa do Festival Manobras pode ser consultada na página da Internet da Artemrede, que decorre em 15 municípios, convidando todos os presentes a visitar toda a programação.

Assuntos apresentados pelos/a Srs./a Vereadores/a Carlos de Sousa, Mara Rebelo, Paulo Ribeiro e Raul Cristóvão

. **“Eu participo” – Poucos cidadãos/ãs a participar** – O Sr. Vereador Carlos de Sousa depois de cumprimentar o Sr. Presidente e os presentes, menciona que esteve presente nas reuniões do “Eu participo” (com exceção do Poceirão por motivos pessoais) e refere a pouca participação e aderência dos cidadãos que acompanham este exercício de democracia participativa. Deixa o alerta de que se deveria tentar arranjar outras formas cumulativas de chamar as pessoas, talvez voltar aos “velhos tempos” e colocar o “papelinho” nas caixas de correio.

. **Chove na estação ferroviária de Pinhal Novo** – O Sr. Vereador Carlos de Sousa refere que teve conhecimento que quando chove, chove também dentro das instalações da Estação Ferroviária de Pinhal Novo, a entrada da água através da cobertura, facto que lhe foi passado através de fotografias. Questionado se a Câmara já fez alguma coisa junto dos proprietários para a sua resolução.

. **Questão apresentada por Município relacionada com o Golfe do Montado** – O Sr. Vereador Carlos de Sousa menciona o facto de a limpeza não andar muito famosa e que se deve fazer pressão junto da Amarsul. Dá um exemplo em que foi confrontado por um conhecido sobre um monte de lixo que não é recolhido há mais de uma semana naquela zona.

. **Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027** – O Sr. Vereador Carlos de Sousa solicita para que o documento do Orçamento e Grandes Opções do Plano que será aprovado em breve pela Câmara e Assembleia, seja distribuído pelos vereadores da oposição com mais algum tempo de antecedência (menciona que três dias é muito pouco), para que deste modo tenham mais tempo para o puderem ler, estudar e analisar de uma forma mais cuidadosa.

. **Síde do Município de Palmela - Regimento da Câmara Municipal de Palmela** – O Sr. Vereador Carlos de Sousa alerta que o novo regimento da Câmara Municipal que foi aprovado para o presente mandato, ainda não está acessível para os cidadãos (está só na parte de acesso reservado).

. **Início do ano letivo e transportes escolares** – A Sra. Vereadora Mara Rebelo depois de cumprimentar o Sr. Presidente e os presentes, aproveita para dar as boas vindas a toda a Comunidade Educativa - Alunos, pais, professores, assistentes operacionais e técnicos, desejando

que o presente ano letivo decorra num ambiente de aprendizagem saudável e propício ao desenvolvimento de projetos e aprendizagens de cada aluno em particular, respeitando principalmente as vivências de cada um, as suas individualidades, estimulando a partilha e solidariedade entre todos. Volta ao tema dos transportes pois o mesmo está a transtornar muitas famílias, e questiona se para aqueles alunos que possam estar identificados com dificuldades socioeconómicas e que devido à dispersão do território possam estar em zonas menos acessíveis, e dado o suprimento existente do transporte e a ausência dos mesmos, se o executivo tem acautelado de alguma forma o transporte destes alunos para a escola.

. Ausência na visita no âmbito da *semana da Freguesia de Palmela* – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro lamenta em primeiro lugar não ter estado presente na visita às várias obras que decorreu no presente dia, mas por algum lapso não foi convidado e por isso não pode estar presente e pede por isso desculpa aos munícipes e explicações ao executivo.

. Obra da Rua dos Marinheiros – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro alerta os munícipes que nem sempre as obras que estão no orçamento (porque há lá dinheiro para fazer a obra), vêm a “luz do dia”, pois há sempre alterações orçamentais e as coisas vão sendo adiadas, mas ainda assim mais vale estar do que não estar.

. Transporte das crianças com necessidades especiais – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere que teve conhecimento que no primeiro dia de aulas não houve transporte para as crianças com necessidades especiais (porque o concurso só iria começar a partir de dia 1 de outubro, ou seja, duas semanas depois do início das aulas) e foi-se socorrido pela empresa que prestava o serviço do ano anterior e que provocou alguns inconvenientes, ou seja, atrasos, circuitos, faltas de horários que provoca nos trabalhadores, nas famílias e estudantes e mais ainda nas crianças e jovens com necessidades especiais que tiveram dificuldade em chegar às aulas.

. Nova estrada de Aires/Lino dos Reis – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro questiona o Sr. Presidente ou Sra Vereadora sobre a nova estrada de Aires que parece ter algumas dificuldades e que ficará com uma estrada sem saída, que termina num ermo e mesmo com algumas dificuldades na ciclovia. Questiona pois uma coisa é a obra que se vê no terreno e outra é o final, sendo que o executivo saberá melhor o estado dessa obra.

. Skate Park – O Sr. Vereador Raul Cristóvão levanta duas questões sobre o *Skate park* no Pinhal Novo: uma sobre o desenvolvimento desse projeto pois tem tido muita procura pelos

jovens e que há o interesse de uma Associação local ligada à prática do Skate em desenvolver um conjunto de formações e de provas oficiais. Refere que essa Associação já enviou uma proposta à autarquia e continua à espera de resposta. Ou seja, se está, de facto, pensado algum projeto devido à procura e em segundo em que ponto está a possibilidade de trabalho junto desta Associação local.

. Linhas de água/limpeza - o Sr. Vereador Raul Cristóvão, deixa um alerta para a manutenção constante das zonas de escoamento urbanas e linhas de água por causa do clima e das intempéries que podem ocorrer (calor, humidade, trovoadas e grandes enxurradas), para diminuir os impactos desta nova realidade climática e que nos obriga a todos a uma maior preocupação.

. Revista de âmbito nacional – Notícia com o tema Planos Municipais de Defesa da Floresta contra incêndios – O Sr. Vereador Raul Cristóvão alerta igualmente para uma notícia que refere que o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndio de Palmela está desatualizado. Identifica a revista em questão, “Visão” de 8 de setembro, pág. 38, realçando que se o artigo tem alguma coisa de verdade ou não deve-se esclarecer pois é o bom nome da autarquia, dos seus técnicos e da Protecção Civil que está em causa.

Aos assuntos apresentados pelos/a Srs./a Vereadores/a Carlos de Sousa, Mara Rebelo, Paulo Ribeiro e Raul Cristóvão, são dadas as seguintes respostas:

_ “Eu participo” – Poucos cidadãos/ãs a participar – O **Sr. Presidente** refere que a autarquia tem apostado na divulgação em diversas formas. Menciona que a participação de abril é maior e que a de setembro é sempre menor. Informa que se vai apostar também na divulgação sonora (com carros de som nas localidades e sede de freguesia), para além das divulgações nos jornais, boletim e meios e suportes existentes.

_ Chove na estação ferroviária de Pinhal Novo – O **Sr. Presidente** assume que não tinha conhecimento desta situação e que a fará chegar às Infraestruturas de Portugal.

_ Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027 - O **Sr. Presidente** espera de conseguir cumprir os prazos legais e tentou antecipar a sua divulgação pela oposição.

_ Site do Município de Palmela - Regimento da Câmara Municipal de Palmela – O **Sr. Presidente** agradece o alerta da desatualização da informação no site.

_ Início do ano letivo e transportes escolares de crianças com necessidades especiais – O **Sr. Presidente** dá nota que, sobre esta matéria, antes era feita pelos agrupamentos e passou a ser feita pela autarquia, por uma questão de intrusão e escala. Foi feito um ajuste direto para os primeiros quinze dias do ano letivo, porque os procedimentos demoram algum tempo e não tem havido empresas com capacidade de resposta. Assume que, de facto, o serviço não começou no primeiro dia de aulas, mas que os encarregados de educação e as escolas foram devidamente informados. Reforça que estão a preparar um procedimento mais global com outros *timings*, sendo essa a justificação de ter sido feito o ajuste direto.

_ Ausência na visita no âmbito da semana da Freguesia de Palmela - Em resposta ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, **Sr. Presidente** considera que poderá ter havido algum mal-entendido pois teve oportunidade de confirmar os *e-mails* enviados a toda a vereação e que a Vereação do PSD estava incluída (não de uma forma nominal).

_ Obra na Rua dos Marinheiros – O **Sr. Presidente**, face à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, esclarece que haverá ocasião para discussão de alteração modificativa mas referir de uma forma tão genérica, que o facto de estar em orçamento não garante a sua execução é verossímil, sem explicações objetivas. Refere que há, de facto, obras que vão sendo adiadas e verbas transferidas para o ano seguinte, mas que isso tem a ver com o andamento das próprias obras. Dá o exemplo que, quando um ou dois concursos ficam desertos, ao lançar o concurso novamente, tem que ter metade da verba no presente ano e o resto da verba no ano seguinte para poder lançar o concurso outra vez. Informa que desde 2013/14 já não há orçamentos virtuais (não se pode inventar dinheiro que não se tem em orçamento). Reforça que as explicações são sempre detalhadas e dadas para que não restem dúvidas, alertando que existem obras que têm dotação plurianual.

_ *Skate Park* – O **Sr. Presidente** confirma que já houve iniciativas conjuntas com a Associação mas não tem conhecimento se haverá algum pedido de reunião. Sabe que há relação pois uma das últimas iniciativas foi realizada com a autorização, apoio e acompanhamento da autarquia. Refere que, quando o núcleo associativo e de respostas sociais - Monte do Francisquinho estiver a funcionar (que aguarda a ligação da E-Redes ao resto do loteamento) e depois de abrir o equipamento, já estão comprometidos em pensar na ampliação do *Skate Park*, entre outras valências que querem fazer naquela zona. Fica a informação de compromisso de que estão a trabalhar neste assunto.

_ Linhas de água/limpeza - O **Sr. Presidente** esclarece que estas limpezas estão previstas para os períodos de outubro/novembro e que algumas já estão feitas. Refere que estão a notificar alguns moradores/proprietários, esperando que a Agência Portuguesa do Ambiente ajude também a cumprir porque há a responsabilidade da parte de alguns proprietários. Nos perímetros urbanos é da responsabilidade do município. Sobre os órgãos de drenagem, estão associados às questões da limpeza um pouco por todo lado: freguesias ou, no caso em que é a câmara, estão a procurar antecipar estas questões, sobretudo quando há arruamentos com folhosas, com árvores de folhas caducas e outras. Conhecem os pontos críticos e cada vez que a chuva vem mais repentinamente, existem duas ou três zonas em que pode haver alagamentos e espelhos de água, já não tanto pelas ribeiras que inundam as estradas devido às obras que têm sido feitas, mas sobretudo por causa dos entupimentos. Os serviços da câmara são alertados. Informa sobre o mecanismo que está institucionalizado: havendo um alerta da Proteção Civil, segue de imediato para os serviços da autarquia de forma a tomarem as medidas preventivas.

Informa de outras zonas que estão à espera de obras hidráulicas mais complexas, umas da responsabilidade de empresas, outras da administração central e outras que o município vai assumindo e fazendo.

_ Nova estrada de Aires/Lino dos Reis - O **Sr. Presidente**, em resposta à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, dá nota que houve oportunidade durante a visita realizada, de compreender e explorar os objetivos dessa obra. A rua tem saída, entre a Lino dos Reis que liga à Aljubarrota e terá seguimento (estão em processo de negociação para a aquisição de terreno) para ligação ao loteamento da antiga TDE, que por sua vez irá sair à Avenida dos Caminhos de Ferro (estrada que vai em direção à antiga Estação de Caminhos de Ferro de Palmela), onde se fará uma rotunda que entrará junto à empresa Silca e Casas da Quinta. Não é uma simples obra de ligação entre dois arruamentos, tem um carácter estruturante, ligado ao planeamento urbanístico, que visa preencher a margem com espaço urbano e possibilidade de construção (para os proprietários que farão as infraestruturas). Permitirá, também no futuro, rever o sentido da rua de Aljubarrota, que neste momento não é o melhor devido ao estacionamento e estreitamento da via, sendo que, quando estiver a funcionar, passará a sentido único e as subidas para a Nacional serão feitas pela Fundadores do Airens. Informa também que durante o decorrer da visita conseguiram verificar que a obra se encontra em bom estado de desenvolvimento, com a pavimentação da zona de ciclovias e de passeios e que a camada de sub-base de desgaste do pavimento da estrada será feita depois de um corte de água para se ligar uma conduta que atravessa o arruamento e que liga à Rua Lino dos Reis, sendo que depois será aberta a via e que tem um carácter estruturante, estando previsto nos instrumentos do ordenamento do território há muitos anos.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** agradece a resposta em relação à nova estrada de Aires.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** volta a intervir solicitando resposta em relação ao tema do transporte das crianças com necessidades especiais, ou seja, se os problemas só surgiram depois da câmara intervir, uma vez que correram aparentemente sempre bem, sem grandes queixas e sobre o ajuste direto mencionado é para os quinze dias referidos ou para um ajuste direto depois de 1 de outubro. Ou seja, como vai ser feito no futuro para que não volte a acontecer aos jovens com necessidades especiais, nas várias escolas do concelho.

_ Transporte das crianças com necessidades especiais – O **Sr. Presidente** responde que esta questão faz parte do pacote de descentralização e do conjunto de matérias que a autarquia sempre achou que seria “colocar os problemas nas mãos” da autarquia. Acredita que farão melhor, até porque o Sr. Vereador não tem conhecimento do que acontecia nos outros anos, quando era gerido pelos agrupamentos. Estamos numa fase em que há dificuldade na resposta dos prestadores de serviços e empresas. A informação que tem, e que lhe foi confirmada pela Sra. Diretora do Departamento, é que o ajuste direto é para os primeiros quinze dias enquanto se está a concluir o procedimento.

Nesta altura, e a pedido do **Sr. Presidente**, intervém a Sra. Diretora do Departamento de Educação e Coesão Social, Dra. Fernanda Rôlo, para adicionar os esclarecimentos necessários. Uma vez que não usa o microfone para o fazer, a sua intervenção não vai ficar transcrita em ata.

O **Sr. Presidente** face aos esclarecimentos da Sra. Diretora do Departamento, reforça que foi feito um ajuste direto, por quinze dias, de forma a chegar ao prazo da entrada da nova adjudicação.

A Sra. Diretora do Departamento de Educação e Coesão Social, Dra. Fernanda Rôlo, volta a usar da palavra que lhe é dada pelo **Sr. Presidente** e, mais uma vez, não se transcreve a sua intervenção, porque não faz uso do microfone.

O **Sr. Presidente** dá por terminado o Período Antes da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Aceitação de doação - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_19-22:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Nesse contexto, foi aceite, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, uma doação em espécie efetuada pela Policlínica Villas de Palmela, conforme a informação técnica que se anexa.

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
Policlínica Villas de Palmela Praceta João Vaz Corte Real Lote 169 Loja A e B Quinta do Anjo NIF: 506494080	3 lanternas trio 550 leds recarregáveis	Equipamento para a Viatura de Proteção Civil	158,04 € (cento e cinquenta e oito euros e quatro cêntimos)
TOTAL			158,04 € (cento e cinquenta e oito euros e quatro cêntimos)

Tendo em consideração a urgência na entrega de bens e a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal em tempo útil, a aceitação da doação foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 15/09/2022, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, do RJAL.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, **propõe-se** a ratificação da aceitação das doações objeto da presente deliberação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Gabinete de Participação e Cidadania

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Celebração de Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

PROPOSTA N.º GPC 01_19-22:

«A dimensão do concelho de Palmela, as suas características predominantemente rurais e a dispersão de aglomerados urbanos, foram fatores determinantes para que a Câmara Municipal estabelecesse, há mais de duas décadas, protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia do concelho, tornando mais eficaz e com menores custos a prestação de serviços essenciais ao quotidiano das comunidades.

Com a reorganização administrativa territorial autárquica e a entrada em vigor da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que estabeleceu o regime jurídico das autarquias locais e aprovou o estatuto das entidades intermunicipais, foram definidas novas atribuições e competências às Autarquias Locais.

Assim, algumas das competências delegadas pela Câmara Municipal de Palmela nas Juntas de Freguesia passaram a ser competências próprias destas, havendo igualmente oportunidade para a celebração de contratos interadministrativos e acordos de execução com as Juntas de Freguesia, relativos a diversas competências.

Nesse âmbito, a Câmara Municipal de Palmela celebrou, nomeadamente com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, no mandato autárquico de 2013-2017 e seguintes, contratos interadministrativos, os quais, tendo em conta a necessidade de aplicação da Lei 50/2018, que aprova um quadro de novas competências para os órgãos das freguesias, foi consensualizada, entre a Câmara Municipal e os órgãos de freguesia, a necessidade de formular novos contratos interadministrativos, melhorando a redação dos anteriores, revendo áreas de intervenção e atualizando as verbas a transferir.

Assim, e porque apenas agora foi possível efetuar algumas atualizações necessárias à prossecução de alguns dos contratos interadministrativos, **propõe-se** que:

- 1- Nos termos dos artigos 23º, nº1, 33º, nº 1, alíneas m) e o), 25º, nº 1 alíneas j) e k) e 120º, nº 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aprove remeter a deliberação da Assembleia Municipal de Palmela a celebração dos contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo que a seguir se identificam e cujas minutas fazem parte integrante desta proposta, dando-se aqui por inteiramente reproduzidas:
 - a) Contrato interadministrativo para a limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais. Valor anual: 32.145,00 €;
 - b) Contrato para a reposição de pavimentos em calçada ou "outros". Valor anual: 23.750,00 €.
- 2- A aprovação e celebração dos contratos interadministrativos que fazem parte integrante desta proposta determine a revogação dos contratos anteriores estabelecidos para as mesmas competências.»

Sobre a proposta de Celebração de Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, numerada GPC 01_19-22, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** intervém no sentido de solicitar à autarquia que não se faça o mesmo que o Governo faz às autarquias, no sentido de que quando se descentraliza não se dá os respetivos meios financeiros para se fazer as coisas bem-feitas.

O **Sr. Presidente** face à intervenção e alerta do Sr. Vereador Carlos de Sousa, informa que a autarquia tem a preocupação e não tem qualquer intenção de financiar mal as juntas de freguesias, até porque quando as coisas correm mal, os municípios não distinguem quem faz o quê. Reforça que quando estão insatisfeitos manifestam-se junto da autarquia, que é quem está mais “próximo”. Informa que em relação aos valores atribuídos para a reposição de calçada é acima do metro quadrado do valor praticado por calçada nova. Além disso existe o mecanismo de acerto, salvaguardando, assim, as juntas de freguesia.

Quanto aos Espaços de Jogo e Recreio, apesar de não ser novidade, os valores foram atualizados. Na futura transferência, em que estas competências passam a ser próprias e deixam de vir a reunião de câmara, ou seja, o Governo tira diretamente do orçamento dos municípios essas verbas para as juntas (a partir de outubro para algumas juntas e de janeiro para as restantes), o que se colocar nas propostas aprovadas e que vão à Assembleia Municipal, será o compromisso, com acertos nos seis meses seguintes em função da inflação e dos aumentos de custos de mão-de-obra e pessoal. Adianta que se procurará defender sempre o interesse das juntas de freguesia. As juntas ficaram com mais responsabilidades e acredita que o dinheiro não vai chegar, porque será necessário recrutar técnicos entre outras coisas e obrigaram a autarquia a reforçar sempre estes apoios. Acredita, também, que as juntas farão bem, porque estão mais próximas, conseguem responder com mais brevidade, sublinhando que são feitas avaliações trimestrais com relatórios fornecidos pelas juntas e esses mostram um grande nível de cumprimento.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 3 – 5.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026 - Ratificação.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_19-22:

«A 5.ª Alteração Permutativa ao Orçamento 2022 e Grandes Opções do Plano 2022-2026 tem como finalidade única proceder ao reforço do projeto «Equipamentos Culturais», para possibilitar a aquisição pelo município do edifício Cine-Teatro S. Gonçalo, em Cabanas, através de leilão eletrónico, cujo prazo de pagamento terminava no passado dia 16 de setembro.

O valor desta alteração é de 180.000,00 € (cento e oitenta mil euros) e representa 0,22% do Orçamento em vigor.

Tendo em consideração que a presente alteração era imprescindível para a realização de pagamento inadiável, e devido à impossibilidade de reunir o executivo municipal em tempo útil,

a presente alteração, elaborada ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1, do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 16/09/2022, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, **propõe-se** a ratificação da aprovação da 5.ª Alteração Permutativa ao Orçamento 2022 e Grandes Opções do Plano 2022-2026, documento que se anexa.»

Sobre a proposta de 5.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026 – Ratificação, numerada DAFRH 01_19-22, intervêm:

O **Sr. Presidente** informa que depois de algumas diligências e exercício de direito de preferência, que não foi exercido porque percebeu-se que havia outro tipo de problemas e interessados, a Autoridade Tributária informou que a autarquia tinha ficado em primeiro lugar, sendo por isso necessário fazer o devido pagamento. Refere que este equipamento, de um particular, com muita história e projetos, foi referenciado como equipamento de interesse municipal, no âmbito dos estudos dos planos de Cabanas. Depois da insolvência dos proprietários e de outros processos tributários complexos e de uma recomendação, no mandato anterior, da própria Assembleia Municipal, para que se procurasse manter o equipamento no uso público, foi feito este investimento. Será um investimento e recuperação feita, em conjunto, pela autarquia e junta de freguesia para se devolver o equipamento à comunidade. Esclarece que é um edifício que está mesmo junto à Escola Básica de Cabanas e que cria uma grande centralidade naquela zona.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** manifesta a sua satisfação pela proposta, pois vai de encontro a uma reivindicação, de muitos anos, da população de Cabanas.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** dá nota que embora tenha votado contra o orçamento e em consequência se abstém nas alterações orçamentais, neste caso concreto votará a favor, porque em boa hora se conseguiu ir a leilão e trazer este património histórico para a autarquia.

O **Sr. Presidente** face à intervenção do Sr. Vereador, considera que realmente é um facto histórico a sua posição. Referindo-se em relação a outras matérias, em que votou contra (ou se absteve) o orçamento ou a alterações modificativas de obras, algumas até reivindicadas por si em representação da população. Embora tenham percursos e visões diferentes de algumas medidas, o **Sr. Presidente** considera que trabalham todos para o interesse público e para o bem das populações.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026.

PROPOSTA N.º DAFRH 02_19-22:

«A 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026 tem como finalidade:

- Incluir projetos e ações relativas ao Plano de Recuperação e Resiliência;
- Efetuar acertos no orçamento da receita decorrentes da aprovação do Orçamento de Estado para 2022;
- Proceder à inscrição de parte do saldo da gerência de 2021, possibilitando o reforço de dotações consideradas insuficientes para as necessidades do ano;
- Efetuar outros ajustamentos nos documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental até ao momento, com particular relevância nas rubricas relativas ao pagamento de encargos com energia e combustíveis.

No capítulo da receita procedeu-se à inclusão de parte do saldo de gerência de 2021, no valor de 364.855,61 € (trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos).

Efetuu-se o ajustamento das verbas provenientes do Orçamento de Estado para 2022, no valor de 457.169,00 € (quatrocentos e cinquenta e sete mil, cento e sessenta e nove euros).

Efetuu-se, também, o reforço das seguintes rubricas:

- transferências correntes no valor de 73.024,39 € (setenta e três mil e vinte e quatro euros e trinta e nove cêntimos) relativo à comparticipação no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e no valor de 50.000,00 € (cinquenta mil euros) relativo à candidatura DGARTES;
- transferências de capital no valor de 50.000,00 € (cinquenta mil euros) relativo à comparticipação no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Procedeu-se à anulação da rubrica transferências correntes – transferência de competências Lei 50/2018 no valor de 14.516,00 € (catorze mil, quinhentos e dezasseis euros), no âmbito das refeições escolares 2º, 3º ciclos e secundário.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual definida de 50,6 milhões de euros passam, após esta Alteração Modificativa, a dispor de uma dotação no valor de 51,6 milhões de euros.

O total do Orçamento após a 4.ª Alteração Modificativa é de 81.352.793,00 € (oitenta e um milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e noventa e três euros) que representa um acréscimo de 1,21% relativamente ao Orçamento atual.

Assim, **propõe-se**, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1, do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, para posterior submissão a deliberação da

Assembleia Municipal, a 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026.»

Sobre a proposta de 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026, numerada DAFRH 02_19-22, intervêm:

O **Sr. Presidente** intervém no sentido de explicar as principais mudanças/reforços: existe reforço na conservação dos edifícios municipais (na rubrica de consumos de funcionamento, nomeadamente os custos com a energia); na passagem na aquisição de reparação de máquinas e viaturas, foram reforçadas algumas rubricas, dentro do mesmo grupo, sendo a diferença a aquisição de peças e aquisição de serviços; gestão de frota com reparação e combustíveis; aquisição de equipamentos de multimédia, reforços e anulações. Acrescentou-se um capítulo novo, no Orçamento, que decorrem das candidaturas ao PRR (Programa de Recuperação e Resiliência), para várias ações nas comunidades desfavorecidas de Poceirão e Marateca que têm verbas obrigatórias para a gestão técnica dos processos e capacitação, denominada de Cidadania e Empoderamento de Comunidades. Esclarece que tem a ver com ações de formação, ações de promoção e reforço de rede de parceiros, pois esta equipa técnica é que vai ajudar as várias associações e instituições que serão beneficiárias do financiamento para as várias obras já aprovadas, bem como nas intervenções municipais. Refere que na Educação existem reforços e anulações com reprogramação de projetos adjudicados ou correção de valores que não serão usados no presente ano (dá os exemplos da Escola de Salgueiro Maia ou na Lagoa da Palha), nomeadamente nas obras que estão a decorrer e que necessitam de reforço em áreas como a conservação e funcionamento (houve aumento de despesas no funcionamento dos edifícios escolares, principalmente no que se refere ao consumo da energia). Reforço nos transportes escolares que foi compensado com verbas das refeições escolares não usadas. Pequenos reforços para apoio a instituições de candidaturas - social, de cultura e de desporto -, a processos de apoio a obras e atividades que ainda não estão concluídas. Reforço, igualmente, à Capela de São João para trabalhos complementares. Correção de verbas orçamentadas, para obras adjudicadas dos esgotos no Portal Branco e Quinta das Asseadas. Mais informa que estes valores servirão para reforçar outros projetos onde haja essa necessidade. Quanto à execução de obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento, explica a anulação de 200.000 € (duzentos mil euros) e um reforço, para 2023, de 350.000 € (trezentos e cinquenta mil euros), que consiste na adjudicação da remodelação (chama a atenção que o trabalho é feito com cauções e garantias bancárias do promotor), para infraestrutura elétrica, entre outras, do loteamento da Quinta dos Farias, que o município tomou posse administrativa (depois da empresa, ao fim de seis meses, não ter apresentado qualquer trabalho, por dificuldades técnicas e financeiras, a câmara rescindiu o contrato). Alerta que esta situação implicou um novo procedimento e que não estará pronto antes do final do ano, o que implica, igualmente, haver reforço de verba para 2023 e a alteração proposta. Menciona outros projetos e reforços, como limpeza de linhas de água ou instalação de hidrantes. Quanto às Captações, Estações de

Tratamento e Reservatórios há um reforço de verbas para faturação da energia. Diversos reforços, tais como para implementação de sistemas de perda de água, limpeza urbana ou para aquisição de maquinaria (varredoras mecânicas). Refere também o reforço da programação relativa à candidatura da DGArtes. Reforço para a reabilitação do sistema de climatização e qualidade do ar do Auditório Municipal de Pinhal Novo, que já tem muitos anos e necessita de uma atualização. Reforço na verba para a iluminação pública. Reforço para trabalhos complementares devido ao alargamento da plataforma e do sistema de drenagem, na obra Hub 10, na estrada dos 4 Castelos (acredita, no entanto, que como é uma obra financiada se consiga um financiamento de 50 por cento). Menciona a recalendarização do Plano Estratégico do Turismo, justificado com a apresentação de dois orçamentos por duas entidades universitárias para o desenvolvimento do referido Plano, não caberem no atual orçamento o que implica a sua anulação (e posterior refaseamento para os anos seguintes). Reforço de verbas para aquisição de terrenos em que há necessidade de expropriação para algumas obras (refere, por exemplo, os terrenos em torno da Ribeira da Salgueirinha que têm sido adquiridos, para permitir o prolongamento do Parque Verde Urbano a ser construído).

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** questiona quanto às alterações ao Plano Plurianual (na página 20, do anexo 9), especificamente ao reforço de abastecimento de água ao concelho, em que existe uma redução de 220.000 € (duzentos e vinte mil euros) em 2023 mas não vê, no mapa, esse valor em 2022.

O **Sr. Presidente** responde que o valor já lá está, o presente documento não vai buscar o que está no orçamento, é um documento que só indica as “mexidas”.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** aproveita e coloca mais duas questões relacionadas com o documento: na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza e nos Espaços Verdes e Paisagismo existe um prolongamento até 2026, que lhe parece extenso (página 20).

Por solicitação do **Sr. Presidente**, intervém o Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco, para efetuar esclarecimentos relacionados com a questão apresentada pelo Sr. Vereador Carlos de Sousa. Atendendo a que não usa o microfone para a sua intervenção, a mesma não vai ficar transcrita em ata.

O **Sr. Presidente** face aos esclarecimentos prestados, refere que quando é uma despesa que se prevê fixa e corrente, têm que projetá-la para os anos seguintes, reforçando que estão a tentar não o fazer, até porque estão a tentar reduzir os serviços de vigilância através da afetação de pessoal do município que não for transferido para as juntas de freguesia.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristóvão, Mara Rebelo, Pedro Taleço, Carlos de Sousa e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Divisão de Recursos

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Consolidação definitiva de regimes de mobilidade intercategorias e intercarreiras.

PROPOSTA N.º DAFRH-DRH 01_19-22:

«1. No âmbito da política de otimização e valorização do capital humano, preconizada pelo Município de Palmela, as trabalhadoras, abaixo indicadas, encontram-se designadas em regime de mobilidade intercategorias/intercarreiras, exercendo concretamente funções no âmbito das categorias de encarregada operacional e de assistente técnica, ao abrigo do disposto nos art.ºs 92º e 93º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

Nome	Unidade orgânica	Categoria de origem	Categoria atual/mobilidade	Início mobilidade intercategorias/intercarreiras
Ana Maria Guerra Rebola Ribeiro	DE	Assistente Operacional	Encarregada Operacional	03.02.2021
Susana Isabel Horta Martins	SMPC	Encarregada Operacional	Assistente Técnica	05.04.2021

2. Tais designações, em regime de mobilidade intercategorias/intercarreiras, tiveram subjacentes a conveniência para o interesse público, face às exigências de eficiência e eficácia dos diversos serviços municipais, permitindo a criação de mecanismos de responsabilização hierárquico-funcional, no caso da Encarregada Operacional.

3. As trabalhadoras referidas detêm competências técnicas e comportamentais, bem como experiência profissional, adequadas ao exercício de funções, reunindo os respetivos requisitos habilitacionais legalmente exigidos.

4. Nos termos do artigo 99º-A da LTFP – normativo aditado pela LOE/2017 (Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro) -, as mobilidades intercategorias/intercarreiras poderão ser consolidadas definitivamente, mediante proposta do dirigente máximo do serviço e decisão do responsável pelo órgão executivo, exigindo-se, para o efeito, a reunião cumulativa das seguintes condições:

- Acordo do órgão ou serviço de origem e da trabalhadora;
- Existência de posto de trabalho disponível;
- Decorrência de período em regime de mobilidade, de duração não inferior ao período experimental estabelecido para a categoria de destino (180 dias para a categoria de assistente técnico e de 90 dias para a categoria de encarregado operacional);

- d) Existência da dotação mínima de 10 assistentes operacionais sob o respetivo reporte hierárquico funcional de encarregado operacional.

5. De acordo com os pareceres prévios solicitados às/aos responsáveis dos serviços municipais, relativamente às trabalhadoras, acima referidas, alcança-se o mérito no desempenho das respetivas funções inerentes aos postos de trabalho, que vêm ocupando, no âmbito das mobilidades intercategorias/intercarreiras, bem como a reunião das demais condições legalmente estatuídas, designadamente a concordância expressa pelas trabalhadoras, para se proceder à estabilização nas atuais categorias, ao abrigo do regime da consolidação definitiva da mobilidade.

6. No mapa de pessoal do município existem os postos de trabalho necessários para efetivação da consolidação definitiva nas categorias nas respetivas unidades orgânicas. No que toca ao requisito temporal mínimo, exigido pela alínea c) do art.º 99-A da LTFP, constata-se que o mesmo foi cumprido em ambas as situações.

Face ao exposto, e uma vez que se encontram reunidas cumulativamente todas as condições exigidas legalmente, aferindo-se ainda a conveniência para o serviço público, **propõe-se**, nos termos do art.º 99º-A da LTFP, a consolidação definitiva dos regimes de mobilidade intercategorias/intercarreiras das trabalhadoras referidas no ponto 1 da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Gabinete de Habitação

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Desafetação do domínio público e constituição de direito de superfície a favor da Fundação COI para construção de Estrutura Residencial Assistida no âmbito da Estratégia Local de Habitação.

PROPOSTA N.º DECS_GH 01_19-22:

«Considerando que:

- 1- A Estratégia Local de Habitação (ELH) do Município de Palmela, aprovada pelos órgãos municipais em fevereiro de 2021, com acordo de colaboração celebrado com o IHRU em julho de 2021, identifica, como resposta habitacional a 16 agregados familiares, a Medida 2.2 que estabelece a necessidade de construção de alojamentos em tipologia habitacional para idosos e pessoas portadoras de deficiência com autonomia, medida esta que deverá ser promovida por entidades do 3º setor;
- 2- Esta medida destina-se a pessoas idosas ou portadoras de deficiência que vivem sós ou apenas com idosos, tratando-se de um grupo populacional que carece não apenas de uma

habitação adaptada às suas necessidades específicas, mas também de acompanhamento e apoio não continuado. São situações de dependência intermédia, existindo ainda alguma autonomia que desaconselha uma institucionalização;

- 3- A Fundação COI (Centro de Ocupação Infantil), Instituição Particular de Solidariedade Social constituída em 1981, tem, desde então, num percurso crescente e sustentado, alargado as suas áreas de atuação, disponibilizando à comunidade um conjunto diversificado de respostas sociais e serviços qualificados dirigidos a diferentes problemáticas, respondendo às necessidades das famílias, crianças, jovens, jovens em risco, pessoas idosas, pessoas com deficiência, em situação de desemprego, famílias em situação de precariedade social e económica, bem como vítimas de violência doméstica, revelando empenho no desenvolvimento de um trabalho integrado que combata de forma eficaz as diferentes expressões da exclusão;
- 4- O desafio que a implementação da referida medida da ELH acarreta, foi aceite pela Fundação COI, tendo esta mostrado disponibilidade e compromisso para a desenvolver em terreno a ceder para o efeito pelo Município de Palmela;
- 5- O Município de Palmela é proprietário de uma parcela de terreno com a área total de 9427,45 m², integrada no domínio público Municipal, localizado em Brejos dos Carreteiros, Freguesia de Quinta do Anjo, que veio à posse do Município através de cedência para equipamentos coletivos no âmbito do Alvará 282; Para concretização desta resposta habitacional, a Fundação COI (Centro de Ocupação Infantil), indicou a necessidade de cedência de um terreno para o efeito, tendo sido identificado o terreno referido no ponto anterior como adequado para o efeito, atendendo ao programa definido na ELH para a medida M2.2;
- 6- Os serviços municipais, através de estudo prévio de ocupação da solução habitacional em causa, definiram como necessária para implementação da proposta a área de 5.330,00 m²;

Propõe-se que, nos termos das alíneas g), o) e ccc), do n.º 1, do art.º 33º, e alínea q), do n.º 1, do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- a) Seja proposta à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público da parcela de terreno com a área de 5.330,00 m², confrontando a norte com a Rua da Estremadura, a sul com a Rua do Alto Alentejo, e a nascente e poente com o Domínio Público Municipal, sita em Brejos dos Carreteiros, Freguesia de Quinta do Anjo, Palmela, cujo levantamento topográfico se anexa e faz parte integrante da presente proposta;
- b) Seja deliberada a cedência gratuita da referida parcela de terreno a favor da fundação COI (Centro de Ocupação Infantil), em regime de direito de superfície por um período de 50 anos, a qual ainda não tem valor patrimonial tributário atribuído, mas cuja simulação de valor patrimonial tributário é de 190.140,00 €.

- c) A referida cedência se destine exclusivamente à construção de Estrutura Residencial Assistida/Habitação Colaborativa para idosos e pessoas portadoras de deficiência com autonomia, no âmbito da Medida 2.2 da Estratégia Local de Habitação;
- d) Seja desde já deliberada a constituição do aludido direito de superfície a favor da Fundação COI (Centro de Ocupação Infantil), ainda que condicionada à supracitada desafetação da competência da Assembleia Municipal;
- e) O direito de superfície reverta a favor do Município caso à parcela de terreno seja dado fim diverso do acima indicado ou se, decorridos 5 anos sobre a celebração do contrato, a obra não se encontre ainda concluída e em funcionamento.»

Sobre a proposta de Desafetação do domínio público e constituição de direito de superfície a favor da Fundação COI para construção de Estrutura Residencial Assistida no âmbito da Estratégia Local de Habitação, numerada DECS_GH 01_19-22, intervêm:

O **Sr. Presidente** pergunta se foi mencionado o valor do terreno.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** responde sim. O valor estimado de 190.140,00 €.

O **Sr. Presidente** informa que a Estratégia Local de Habitação, para além do que o município está a fazer, tal como, aquisição fogos para reabilitação para o mercado de arrendamento apoiado (1.º Direito, etc) e de construção nova, na zona de Aires (onde há terrenos para o efeito) tem também a componente, uma medida para o 3.º setor, setor social, de forma a dar resposta a equipamentos coletivos - habitação mas integrada nos equipamentos com outras respostas. Será feito em parceria e considera que a autarquia deve fazer parte da solução e com o apoio do PRR (Programa de Recuperação e Resiliência) haverá apoio para esta cooperação.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** pede escusa da votação da presente proposta, relacionada com a Fundação COI, tendo o **Sr. Presidente** aceite este pedido.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Intervenção Social e Saúde

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Início de procedimento do Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_19-22:

«Considerando que:

1. A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias e para as entidades intermunicipais, em matéria de ação social e estatui, no seu artigo 12º, alínea a), que é competência dos órgãos municipais assegurar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);
2. O Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social e determina, no seu artigo 10º, n.º 1, que compete à câmara municipal assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. A Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, compreende, no seu artigo 6º, que o SAAS consiste num atendimento de primeira linha que responde eficazmente às situações de crise e ou de emergência sociais e que, nos termos do artigo 8º, este serviço possui, obrigatoriamente, regulamento interno aprovado pela câmara municipal;

Propõe-se, em cumprimento do disposto no art.º 98º, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação vigente, conjugado com o estatuído na alínea k), n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere:

- a) O início do procedimento de elaboração do Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, participação e constituição dos interessados/as e apresentação de contributos;
- b) Determinar que podem constituir-se como interessados/as todos/as aqueles/as que, nos termos do n.º 1, do art.º 68.º, do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições, no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins;
- c) Que os interessados/as possam constituir-se como tal e apresentem os seus contributos para a elaboração do projeto de alteração deste regulamento, até 10 dias (úteis) após a publicação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 112.º, do CPA;

- d) Que a constituição como interessados/as e os contributos sejam dirigidos à Câmara Municipal de Palmela, Largo do Município, 2954-001 Palmela, ou através de correio eletrónico para o Centro de Contacto municipal: atendimento@cm-palmela.pt.»

Sobre a proposta de Início de procedimento do Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social, numerada DECS_DISS 01_19-22, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** retifica que a entrada de águas pela cobertura (Chove na estação ferroviária de Pinhal Novo) é da Estação Ferroviária de Palmela. Em relação à proposta sobre o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social que é prestado no concelho pela Fundação COI, Centro Social da Quinta do Anjo e pelo Centro Comunitário da Cáritas de Setúbal, questiona se estas instituições continuaram a prestar este serviço. Considerando que o mesmo vai passar para a autarquia, questiona igualmente se está e como está garantido o serviço para “o serviço plantão”, que é prestado ao fim de semana e “fora de horas” (questões de urgência), sendo que para já ainda é assegurado pela Segurança Social, depois da descentralização de competências como será feito, se a câmara ou as IPSS a garantirem o serviço.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** em resposta às questões colocadas pelo Sr. Vereador Carlos de Sousa, esclarece que depois de contatos e reuniões com as instituições referidas, as mesmas estão disponíveis, juntamente com o município para assumir estas respostas na área do social. Quanto à segunda questão, a Sra. Vereadora informa que, não tem de momento, uma resposta concreta, mas que estão a iniciar trabalhos e que os mesmos serão abordados em comissão própria.

O **Sr. Presidente** intervém que em relação a esta questão (garantia de “serviço plantão” e “fora de horas”) será outro serviço. Refere também que a necessidade de ser colocado em procedimento a abertura do referido regulamento, dará oportunidade aos interessados, seja IPSS ou particulares, a dar contributos para a criação de um Regulamento, onde todos se poderão rever no seu articulado. Quanto à outra questão, está intimamente ligada ao processo de transferência de competências para as autarquias. Estão à espera das novas propostas decorrentes do acordo que houve entre a Associação de Municípios e o Estado Central. Lembra que este assunto já tinha sido abordado em reunião de câmara e que não é intenção do município retirar estes serviços da rede existente (a não ser que seja intenção das IPSS). Esclarece que, o que se pretende fazer uma “rearrumação” diferente das áreas de intervenção, pois pela proposta inicial da descentralização, esta dava direito a 1,1 técnico, alertando que um técnico para um município como este, bastante disperso e que já chegou a ter 6 a 7 técnicos escalonados, é impraticável. Reforça que não é objetivo político retirar este serviço às IPSS, mas sim trabalhar em rede e com o contributo de todos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Agradecimento** – O **Sr. Presidente** agradece à direção do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz a cedência da sala para a efetivação da presente reunião de câmara.

Aproveita, ainda, a oportunidade para se congratular com as intervenções dos/as Srs./as Munícipes.

Termina dizendo que a próxima reunião de câmara ordinária vai ter lugar no mês de outubro.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca da uma hora e oito minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e dois, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco